
ENSINO E ESCRITA DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NA AMÉRICA LATINA: Perspectivas historiográficas e contingenciamentos enfrentados pelo campo disciplinar

Roni Cleber Dias de Menezes^(*)

O livro organizado por José G. Gondra (Uerj) e José Cláudio S. Silva (UFRJ)¹ reúne uma plêiade de intelectuais e historiadores da educação latino-americanos e constitui um esforço notável em repensar e reavaliar os significados ou universos de sentido que a escrita e o ensino da história da educação assumem em alguns países da região. Os doze artigos que compõem o livro oferecem um variado painel das preocupações que integram a agenda atual dos estudiosos do campo, sintetizando um movimento que procura captar e interpretar as modalidades de narrativa historiográfica e a própria arquitetura da história da educação na Argentina, Brasil, México, Venezuela, Uruguai e Chile.

O primeiro artigo corresponde ao texto de Adrián Ascolani (Universidad Nacional de Rosario), “Espiritualismo pedagógico, antipositivismo e historiografia en los manuales de Historia de la Educación (Argentina, 1946-1962)”. Nele, o autor investiga a consolidação da corrente filosófica idealista na historiografia educacional argentina entre as décadas de 1940 a 1960, notadamente fértil entre pedagogos e letrados associados ao pensamento e às instituições vinculadas ao catolicismo. Para tal desiderato, Ascolani seleciona cinco manuais de história da educação² de considerável circulação em seu país e utilizados nos cursos de formação de professores – no nível secundário – os quais, sopesados bem os termos, apresentam mais aproximações que discrepâncias entre si. Ao analisar os pertencimentos ideológicos, as redes de sociabilidade e os itinerários dos autores dos referidos manuais, o autor identifica pontos de convergência que explicam a presença nos textos de uma reação à tendência positivista e materialista que tanto caracterizou a história da educação e os compêndios escolares argentinos nas duas primeiras décadas do século XX. Há que se destacar dois aspectos interdependentes na escrita de Ascolani acerca de seu objeto: em primeiro

^(*) Doutor em Educação pela USP. Pós-doutorando no Programa Papd/Capes/Faperj no Proped/Uerj. E-mail: roni084@yahoo.com.br.

¹ GONDRA, José Gonçalves; SILVA, José Cláudio Sooma. (Orgs.). *História da Educação na América Latina: ensinar e escrever*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2011. 283 p.

² A saber: ZURETTI, Juan Carlos. *Compendio de la Historia de la educación. General y Argentina*. Buenos Aires: Marcos Sastre, 1948; MANGANIELLO, Ethel; BREGAZZI, Violeta. *Historia de la Educación: General y Argentina*. Buenos Aires: Librería del Colegio, 1953; FAVRE, Justo. *Historia de la Educación*. Buenos Aires: Stella, 1959; ARENA, Luis. *Historia de la Educación*. Buenos Aires: Angel Estrada y Cía Editores, 1962 e SOLARI, Manuel H. *Historia de la Educación Argentina*. Buenos Aires: Paidós, 1949.

lugar, o estudo desses manuais partiu de uma problemática que ainda se refletia em seu próprio presente, qual seja, a verificação da permanência de uma dada perspectiva historiográfica que interpreta o passado educacional argentino conforme o papel aí exercido por uma pedagogia caracterizada pelo viés idealista; em segundo, o autor assinala a criação das condições históricas necessárias para a consagração do espiritualismo pedagógico na escrita da história da educação realizada na Argentina em meados do século anterior, consubstanciadas na obra de renovação pedagógica levada a cabo por intelectuais de extração católica e nacionalista, muitos deles identificados com os princípios da escola ativa e do escolanovismo.

O artigo seguinte, intitulado “Reconstruindo uma trajetória”, e escrito pela professora Ana Waleska Mendonça (PUC-Rio), traz à tona, em pinceladas autobiográficas, os itinerários intelectuais, profissionais e de pesquisa percorridos pela autora. Mendonça descortina ao leitor o modo como uma preocupação ou interesse de pesquisa surgido ainda nos tempos da elaboração de sua dissertação de mestrado foi ganhando novas formas, cores e sendo redimensionado não apenas de acordo com suas eleições, ou melhor, estas se processando no entrecruzamento das modificações operadas nas estruturas acadêmico-institucionais nas quais estava inserida e daquelas atinentes ao campo historiográfico. No texto, tais itinerários são apresentados em íntima conexão com os grupos de pesquisa que passou a integrar, característica que, a despeito da pressuposta obviedade que traz consigo, isto é, a da formação do pesquisador no contato com os pares, acena, outrossim, para a complexidade cada vez mais assumida pelo campo de pesquisa da história da educação no Brasil. A nominada reconstrução da trajetória possibilita ainda à autora um duplo movimento: num certo sentido, a apresentação e o encadeamento, no texto, das ferramentas teóricas e conceituais erigidas e esgrimidas ao longo de seu percurso cumprem a função de uma espécie de, se não um guia, ao menos um prolífico repertório no qual os pesquisadores encontram material para amparar suas pesquisas; complementarmente, a tomada integral da trajetória de Mendonça, numa perspectiva cartográfica, aponta para um possível mapa dos caminhos percorridos pela história da educação brasileira, pelo menos desde a década de 1970.

Em “Educação e instrução na província de São Paulo: no contraponto das vozes, três tendências e um desvão”, de Bruno Bontempi Jr. (USP) e Maria Lúcia S. Hilsdorf (USP), os autores, passando a limpo determinadas tendências historiográficas e momentos exponenciais da historiografia educacional acerca da província de São Paulo, procuraram desenvolver seu objeto – a produção, volume e distribuição sobre a história da educação nessa mesma província – segundo uma lógica que prioriza a inscrição desse mesmo objeto a partir do levantamento e exame dos registros indiciários da produção historiográfica atinente ao tema pesquisado. Ao mesmo tempo em

que reorganiza, a escrita dos autores perspectiva aquela inscrição segundo a clivagem centralização *versus* descentralização que acompanha os momentos exponenciais analisados no texto. A percepção dessa clivagem está no âmago da estruturação do artigo, o qual analisa as três tendências mencionadas no título da seguinte forma: retomando a contraposição entre o centro e a província dada a ver nas primeiras tentativas de sistematização da história da educação no Brasil (em que é sublinhada a obra de Primitivo Moacyr); recuperando também o que se chamou de “A fala da província”, isto é, debruçando-se sobre uma tradição – abordada fragmentariamente por vários estudos relativamente recentes sobre a educação em São Paulo – pautada no relevo concedido à cultura material produzida na província; e, por fim, investigando outra tradição que *considera o regional e o provincial uma exemplaridade da totalidade centro-periferia*. (p. 56) A propósito do desvão a que o título também alude, a narrativa que o identifica permite a Bontempi Jr. e Hilsdorf a revisitarem a renovação historiográfica posta em ação no Brasil no âmbito da história da educação a partir de finais da década de 1980 e a correlata ampliação e diversificação dos temas e fontes pesquisados. Nesse percurso – e ainda com os resultados de compulsão acerca dos artigos publicados nos primeiros 21 números da Revista Brasileira de História da Educação e dos trabalhos apresentados nos cinco primeiros Congressos Brasileiros de História da Educação –, os autores alertam para que as pesquisas que de algum modo abarcam a educação em São Paulo nos oitocentos não o fazem motivados pelas perguntas acerca do lugar da província paulista na produção sobre história da educação e tampouco dialogam com as tendências historiográficas declinadas e analisadas ao longo do artigo.

O texto seguinte, “A escrita da História da Educação no Brasil: formando professores através de noções de história”, foi escrito por Carlos Eduardo Vieira (UFPR) e está vinculado a um propósito amplo do autor, o de pensar a História da Educação no Brasil considerando os gêneros narrativos, os autores e as obras que produzem a identidade dessa área de pesquisa e ensino. No artigo, Vieira leva a efeito seu intento em duas vertentes: a primeira está relacionada a uma tentativa de sistematizar os gêneros narrativos³ em que se produziu a escrita da história da educação no

³ Vieira organiza os gêneros narrativos em seis categorias: (1) representada pelo modelo vinculado à concepção historiográfica do IHGB; (2) a escrita voltada à escola normal e aos cursos de formação de professores (na qual se inserem os manuais de Peixoto e Santos); (3) a escrita sociológica (exemplarmente representada por Fernando de Azevedo e o seu livro *A cultura brasileira*); (4) a escrita acadêmica do grupo de história da educação que teria se constituído em torno do então professor catedrático da FFCL-USP, Laerte Ramos de Carvalho; (5) a produção oriunda dos programas de pós-graduação então constituídos a partir da década de 1970 (destaca-se aqui a forte presença da teoria marxista); e (6) as narrativas que surgiram com a proliferação desses programas, especialmente após os anos 1990 e 2000, e a consolidação no país de grupos, espaços institucionais e congressos de história da educação. Vale o registro, respaldado por asserção do próprio autor, de que tais categorias apresentadas não diferem de sistematizações

Brasil, desde o fim do século XIX até o atual, matizando suas aproximações, concorrências, conexões e distanciamentos; e a segunda, analisar a narrativa presente em dois manuais de história da educação⁴ voltados para cursos de formação docente, manuais que, de acordo com a classificação do autor, correspondem a um dos gêneros narrativos indicados anteriormente. A maior parte do texto é dedicada à apreciação dos manuais de Peixoto e Santos, entretanto, longe do caráter meramente descritivo, Vieira se debruça não apenas sobre as condições de produção e os itinerários intelectuais dos autores, mas, sobretudo, explora a escrita dos compêndios no que ela revela acerca do movimento da história da educação no Brasil, bem como do que permite entender a respeito de outros modelos historiográficos – oriundos da história da filosofia ou da história das ideias, por exemplo – que subjazem à escrita dos filósofos educadores Peixoto e Santos (além de fazer emergir os posicionamentos políticos e ideológicos dos respectivos autores no âmbito da renovação educacional que se intentava realizar no país durante o segundo quartel do século XX). A exploração da escrita dos manuais, portanto, faz-se, no texto de Vieira, concomitantemente ao ambicioso projeto anunciado de *produzir uma hipótese global da historiografia da educação* (p. 87).

O quinto artigo é “Francisco Larroyo y la enseñanza de la Historia de la Educación en México”, de Carlos Escalante Fernández (Colégio Mexiquense). No texto, o sociólogo mexicano analisa o compêndio *Historia comparada de la educación en México*, escrito por Larroyo e publicado originalmente em 1947, extraindo daí algumas hipóteses acerca do pioneirismo e longevidade da obra e o que ela revela dos diálogos e conexões entre as esferas do ensino normal e universitário em seu país quanto ao ensino de história da educação. Conforme Fernández, o livro de Larroyo teria ocupado, por cerca de três décadas, protagonismo na compreensão do passado educacional mexicano, constituindo-se na principal referência bibliográfica não apenas para os estudantes normalistas e os professores em exercício, mas também para os estudantes dos cursos de pedagogia. De certa forma, o que emerge da escrita de Fernández é a tomada da famosa disjuntiva ensino/pesquisa e o papel que jogam diferentes narrativas historiográficas na produção/consumo dos saberes relativos ao campo da história da educação. Tal inferência se extrai do questionamento feito pelo autor ao comprovar que, mesmo a partir dos anos finais da década de 1970 – com a consolidação dos modelos de investigação historiográfica calcados nos diálogos da história com

produzidas anteriormente, como as efetuadas por Carvalho (2000; 2003), Warde; Carvalho (2000) e Faria Filho; Vidal (2003).

⁴ Ambos os manuais possuem o título *Noções de História da Educação* e foram escritos por Afrânio Peixoto e Theobaldo Miranda Santos, sendo publicados, respectivamente, em 1933 e 1945. Eles integraram um projeto da Companhia Editora Nacional denominado coleção Atualidades Pedagógicas.

diversas outras áreas das ciências sociais, como a antropologia, a sociologia, além da própria pedagogia – o livro de Larroyo continua orientando o conhecimento sobre a história da educação no domínio do ensino e da formação de professores no nível normal secundário.

O artigo de Clarice Nunes (UFF), “Tensões entre o ensino e a pesquisa em história da educação: notas para discussão”, aborda alguns dos descompassos entre as esferas da pesquisa e do ensino no Brasil – com foco para o campo da história da educação, mas não restrito a ele – elencando também, como desdobramento da problemática, o terreno em que tais descompassos se processam. Para a consecução desse objetivo, Nunes problematiza determinadas interpretações tidas como consensuais, como a que se refere à diferença entre instituições educacionais públicas e privadas enquanto dispositivo que atua diretamente na indissociação da pesquisa e do ensino. Valendo-me de uma expressão usada pela própria autora para caracterizar os tempos em que transcorre a significação das informações e conhecimentos adquiridos nos ambientes de ensino-aprendizagem, é possível identificar que ela apresenta a inserção institucional do profissional de história da educação numa perspectiva multidimensional, em que os limites à pesquisa acadêmica e seu aproveitamento no domínio do ensino são vistos desde os aspectos intrínsecos às condições de produção e trabalho nos estabelecimentos, passando pela(s) lógica(s) que atualmente regem o fomento à pesquisa – no âmbito das agências públicas de financiamento –, e também atingindo a instância das representações (produzidas também no encontro com as instâncias indicadas anteriormente) acerca dos modos de ver e compreender a sociedade e a educação brasileiras.

No texto “Em defesa da imagem do Brasil no exterior: Frederico José de Sant-Anna Nery e a escrita da história da educação no Império”, Diana G. Vidal (USP) se acerca de uma interpretação *sui generis* a propósito da história da educação brasileira. Trata-se da escrita de Frederico José de Sant-Anna Nery, intelectual nascido em Belém e que passou parte da infância em Manaus, porém radicado desde os quatorze anos na Europa (Roma e Paris). Vidal foca particularmente o artigo “L’Instruction publique au Brésil”, escrito por Sant-Anna Nery e publicado na *Revue Pédagogique*, em 1884. Nesse artigo, a autora identifica os idiossincráticos usos que o homem de letras belenense faz da estatística e da comparação para apresentar o passado e a realidade educacional brasileira, insolitamente em situação bastante semelhante a de algumas nações europeias na caracterização de Sant-Anna Nery. Articuladamente ao manuseio engenhoso dos dados estatísticos e à adoção de expedientes retóricos, o texto de Vidal também chama a atenção para o modo como contingenciamentos de variada ordem experimentados por Sant-Anna Nery lograram produzir uma interpretação híbrida da história da educação do Brasil, em que assoma ao primeiro plano uma metáfora das luzes distinta daquela que conhecemos na narrativa azevediana, matizada no texto do

intelectual oitocentista por uma valorização dos feitos educacionais do Império em detrimento dos relativos ao período colonial.

Em “De la práctica cotidiana a la reflexión necesaria en la Historia de la Educación”, a autora, Emma D. Martínez (Universidad Central de Venezuela), amparada em sua experiência de pesquisa e prática de ensino na Escola de Educação da Universidad Central de Venezuela, problematiza os rumos seguidos pelas disciplinas história da educação e história das ideias pedagógicas, as quais passavam cada vez mais a se orientar pela lógica tecnicista que então ditavam os rumos das políticas do ensino superior na Venezuela, principalmente da década de 1980 em diante. Particularmente à história, o que se assistia era a predominância do recorte acontecimental, consubstanciado, no caso descrito pela autora, na hegemonia dos estudos empíricos centrados nas vicissitudes da atualidade. Por intermédio da crítica ao avanço das propostas neoliberais na esfera da educação, sublinhando nesse aspecto os cursos de formação docente, Martínez aproveita para realizar uma exegese das *pioneiras* manifestações de escrita da história da educação na Venezuela (no âmbito de um projeto desenvolvido por demais professores de sua instituição de ensino o qual pretendeu, nas palavras da autora, “recuperar as pegadas históricas em matéria de pedagogia na Venezuela” [p. 187]), logrando demonstrar com essa operação os equívocos e danos provocados por uma concepção de história reducionista, generalizante e presentista. Todo esse percurso permite a autora apontar uma série de mudanças necessárias à concepção de história veiculada nas universidades e centros de formação docente venezuelanos e, igualmente, acredita a autora, bem-vindos no que se refere a outros países latino-americanos.

O nono artigo, “Historia de la Educación nacional: su historiografía y su enseñanza en Uruguay”, escrito por Jorge Bralich (Universidad de la República/ Uruguay), esmiúça a produção historiográfica e a presença da história da educação nas grades curriculares dos cursos de pedagogia/ciências da educação e de formação docente. Correlatamente à exígua legitimidade da área no campo educacional e no das ciências humanas, na apreciação de Bralich, a história da educação no Uruguai se caracteriza não apenas pela baixa produção acadêmica acerca do passado educacional uruguaio – e isso em todos os níveis de ensino: elementar, secundário, técnico e superior – mas o fenômeno é acompanhado pela participação restrita também da disciplina nos cursos universitários e de formação docente. Tal reduzido capital simbólico se faz sentir também no que diz respeito aos museus históricos e à importância que estes assumem quanto ao seu papel educativo e de conservação da memória histórica. Bralich, contudo, não se aprofunda na discussão das condições e vetores que influíram para tal desprestígio da história da educação – especialmente a história da educação uruguaia – assinalando unicamente que uma possível causa resida na

proeminência que os estudos recentes sobre o processo histórico do país, notadamente no pós-1960, e que desperta uma atenção especial da sociologia e da ciência política, tenha contribuído para obnubilar ainda mais o interesse pela área.

No artigo “Escritas da história: um estudo da produção de Afrânio Peixoto (1916-1947)”, José G. Gondra (UERJ) e José Cláudio S. Silva (UFRJ) revisitam o célebre intelectual baiano, objeto de pesquisa de alguns trabalhos no campo da história da educação, buscando clarificar, por intermédio da análise de três de suas obras⁵, as interlocuções estabelecidas com a historiografia do período e a(s) modalidade(s) narrativa(s) exercitada(s) por Peixoto, ambas operações apreendidas visando não à proficiência e proficuidade da produção peixotiana – comprovadamente notórias e já tão decantadas por seus biógrafos – mas sobretudo focalizando a função autoral exercida por Afrânio e toda a sorte de condicionamentos daí decorrentes. A apreciação dos três títulos selecionados de Peixoto permitiu a Gondra e Silva a demarcarem as constâncias e alternâncias da escrita histórica do autor. De um lado, a partir do conteúdo das obras e das redes de sociabilidade estabelecidas por Afrânio Peixoto, foi possível aos autores identificar uma transição na escrita deste: se nos dois primeiros títulos a dimensão espacial corresponde à América portuguesa, apontando para traços de continuidade entre as experiências históricas de Portugal e Brasil, em “Pequena história das Américas”, o escopo parece ser o pan-americanismo e a denúncia da ignorância mútua entre os países que integram o continente, numa evidente reorientação do vetor civilizatório – passando-se da Europa (com os olhos postos no passado e em suas tradições) à América (*locus* do progresso). Perpassando todas as obras, resulta a marca distintiva da escrita de Peixoto tomada no âmbito das narrativas historiográficas do período: a que percebe a história como lição e programa de ação.

Mirian Jorge Warde (Unesp) em *Pesquisa e ensino de História da Educação: algumas críticas*, retoma o debate a respeito da associação entre pesquisa e ensino em história da educação. A fim de operacionalizá-lo, a autora apresenta parte dos resultados a que chegou em um levantamento realizado com diversos periódicos intrínsecos à área e também atinentes à história e à educação, intentando aquilatar a presença da preocupação referente ao ensino da história da educação na produção do campo. Embora heterogêneos, dado o recorte cronológico compreendido, e consideradas as características das agremiações que coordenam os periódicos, os resultados apontaram para uma diminuta presença no *corpus* pesquisado de artigos que enfocam a questão do

⁵ São elas: *Minha terra e minha gente*, publicada em 1916 pela Livraria Francisco Alves (Rio de Janeiro), em coedição com as Livrarias Aillaud (Paris) e Bertrand (Lisboa); e *História do Brasil e Pequena história das Américas*, ambas editadas pela Companhia Editora Nacional (São Paulo) em 1940.

ensino da disciplina, o que, no entendimento de Warde, deve ser visto com cautela. De posse dos dados da pesquisa e articuladamente à análise da bibliografia nacional e internacional – a qual aponta para uma diminuição da carga horária e gradual desprestígio da história da educação e das demais disciplinas que compõem a grade curricular dos chamados “fundamentos da educação” – Warde acena para a necessidade de câmbios nas políticas educacionais, paralelamente a um maior engajamento dos professores da área nas questões relativas ao ensino, e que para tal, é inexorável que os intelectuais do próprio campo precisem qual deva ser o perfil e a função da história da educação.

O último artigo, “La escritura de dos historias de la educación chilena en el proceso de constitución de un campo de conocimiento. José María Muñoz Herмосilla y Amanda Labarca (1918-1939)”, é de autoria de Pablo Toro Blanco (Universidad Alberto Hurtado, Santiago de Chile). No texto, por intermédio da avaliação de dois importantes manuais de história da educação⁶ produzidos no Chile e voltados aos cursos de formação de professores, o autor reorganiza as peças que atuaram na consolidação da história da educação enquanto campo de conhecimento em seu país, matizando as orientações epistemológicas, institucionais e propriamente historiográficas que presidiram as narrativas então em jogo. Além da comparação no que toca às similitudes e discrepâncias entre as duas obras, o que ganha relevo na escrita de Blanco é o aproveitamento – e o seu consequente desenvolvimento no texto – de uma ideia já delineada pela historiografia chilena contemporânea: a de que a transição entre o paradigma de produção historiográfica de Muñoz Herмосilla para o de Labarca corresponde à passagem da fase de produção intelectual dita “artesanal” para uma considerada profissional ou “industrial”, dada não apenas pela amplitude da capacidade de mobilização de documentos para a confecção de sua escrita, mas igualmente pela metodologia de trabalho e o diálogo com várias áreas das ciências humanas. De todo modo, embora a perspectiva de Labarca decorra maiormente dos compromissos e projetos dos quais toma parte na segunda metade da década de 1930 (circunstância em que a história da educação é integrada num projeto abrangente, relacionado à discussão a respeito dos “Problemas do Ensino no Chile” – título de um seminário dirigido por Labarca no Instituto Pedagógico da Universidade do Chile entre 1936 e 1939), do ponto de vista da construção histórica dos textos resulta nítida em ambos a concepção de inevitabilidade do progresso humano, se bem que não mais segundo a lógica positivista, mas, sim, associada naquele momento à ação diretiva do Estado, a qual encontra manifestação de

⁶ Respectivamente: *Historia elemental de la pedagogia chilena*, por José María Muñoz Herмосilla (1918); e *Historia de la enseñanza en Chile*, de autoria de Amanda Labarca, publicado em 1939.

primeira ordem na fundação de instituições educacionais e na instituição/manutenção de vigorosas políticas educacionais públicas.

Portanto, surgido em boa medida como fruto das interlocuções propiciadas pelo IX Congresso Iberoamericano de História da Educação da América Latina, realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 2009, o livro organizado por Gondra e Silva representa uma iniciativa alvissareira para o (re)conhecimento da produção do campo e do conhecimento histórico acerca da América Latina pelos próprios pesquisadores do subcontinente. Também assume relevância no que tange ao lançamento de questões importantes, envolvendo balanços e interrogações quanto aos rumos possíveis a serem trilhados pela história da educação e, suplementarmente, gostaria ainda de frisar, cumpre um papel cimeiro ao estimular o intercâmbio de ideias – até porque tal intercâmbio se arraiga no paulatino fortalecimento acadêmico e na amplificação da sociabilidade entre os intelectuais desses países – e abrir novas fronteiras de investigação para os investigadores da América Latina.

Recebido em junho de 2012
Aprovado em julho de 2012